



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 81/XIII/ 2.ª SL

Aos 05 dias do mês de julho de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação das atas n.ºs 79 e 80, relativas aos dias 21 e 28 de junho, e da ata n.º 4 (visita) relativa ao dia 23 de junho;*
3. *Ratificação das votações indiciárias, realizadas no Grupo de Trabalho, relativas ao Texto Final da PPL n.º 32/XIII/2.ª «Estabelece o regime jurídico da qualidade e segurança relativa à dádiva, colheita e análise, processamento, preservação, armazenamento, distribuição e aplicação de tecidos e células de origem humana e os procedimentos de verificação da equivalência das normas de qualidade e segurança dos tecidos e células importados, e procede à segunda alteração à Lei n.º 12/2009, de 26 de março, transpondo a Diretiva n.º 2015/565/UE, da Comissão, de 8 de abril, que altera a Diretiva n.º 2006/86/CE, da Comissão, de 24 de outubro, no que se refere a certos requisitos técnicos para a codificação dos tecidos e células de origem humana, e a Diretiva n.º 2015/566/UE, da Comissão de 8 de abril»;- Discussão e votação do artigo 15.º da PPL n.º 32/XIII/2.ª e da proposta de aditamento de uma alínea g, no n.º 9 do artigo 5.º da Lei n.º 12/2009;*
4. *Discussão e votação do requerimento do BE, que requer a audição de várias entidades sobre a «política de redução de riscos e minimização de danos em Portugal»;*
5. *Discussão do PJR n.º 941/XIII/2.ª, PCP, que «Recomenda que sejam tomadas medidas que permitam aumentar as vagas para o internato de especialidade»;*
6. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 248/XIII (2.ª) - «solicitam a intervenção da AR para a prorrogação do prazo para aplicação do regime transitório de atribuição das cédulas de profissionais que iniciaram a sua atividade profissional após a entrada em vigor da Lei n.º 181/2014, de 12 de setembro, bem como para os alunos que frequentam e terminam as suas formações» - Relatora: Deputada Laura Magalhães;*
7. *Outros assuntos.*



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 81/XIII/ 2.ª SL

11:00 - Audiência da Portugal AVC - União de Sobreviventes, Familiares e Amigos, para apresentação da Associação, que tem por objetivo a promoção de iniciativas que visem contribuir para a prevenção e suas consequências, entre outros objetivos.

1. Informações

O Presidente informou que os PJs n.ºs 555/XIII/2.ª, do PAN, que «*Garante a assistência parental ao parto*» e 563/XIII/2.ª, do PEV, que «*Procede à 2.ª alteração à Lei n.º 15/2014, de 21 de março, de modo a reforçar os direitos da mulher grávida durante o parto e da mulher puérpera após o internamento*», foram aprovados na generalidade, baixando à Comissão de Saúde para a especialidade. Dado que as iniciativas versam a mesma matéria será criado apenas um grupo de trabalho, que terá a Coordenação do PSD, pedindo aos GP's que indiquem os Deputados.

Informou ainda que a apreciação e votação do Relatório de Atividades da 2.ª SL, bem como a discussão e votação do Plano de Atividades referente à 3.ª SL serão discutidos e votados em setembro.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 79 e 80, relativas aos dias 21 e 28 de junho, e da ata n.º 4 (visita) relativa ao dia 23 de junho

As atas n.ºs 80 e n.º 4 (visita) foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV. Foi adiada a votação da ata 79, a fim de fazer um pequeno acerto.

3. Ratificação das votações indiciárias, realizadas no Grupo de Trabalho, relativas ao Texto Final da PPL n.º 32/XIII/2.ª «Estabelece o regime jurídico da qualidade e segurança relativa à dádiva, colheita e análise, processamento, preservação, armazenamento, distribuição e aplicação de tecidos e células de origem humana e os procedimentos de verificação da equivalência das normas de qualidade e segurança dos tecidos e células importados, e procede à segunda alteração à Lei n.º 12/2009, de 26 de março, transpondo a Diretiva n.º 2015/565/UE, da Comissão, de 8 de abril, que altera a Diretiva n.º 2006/86/CE, da Comissão, de 24 de outubro, no que se refere a certos requisitos técnicos para a codificação dos tecidos e células de origem humana, e a Diretiva n.º 2015/566/UE, da Comissão de 8 de abril» e Discussão e votação do



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 81/XIII/ 2.ª SL

artigo 15.º da PPL n.º 32/XIII/2.ª e da proposta de aditamento de uma alínea g, no n.º 9 do artigo 5.º da Lei n.º 12/2009

A discussão e votação do Texto Final relativo à PPL n.º 32/XIII/2.ª, bem como das novas propostas de alteração apresentadas pela Mesa e pelo PS, constam do Relatório de Discussão e Votação e respetivos anexos, que podem ser consultados neste [link](#).

4. Discussão e votação do requerimento do BE, que requer a audição de várias entidades sobre a «política de redução de riscos e minimização de danos em Portugal»

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [requerimento](#), começando por declarar que «*dia 26 de junho, o dia de ação global ‘Apoie. Não puna’*» é a data «*em que várias organizações da sociedade civil, movimentos e cidadãos se juntam em inúmeras iniciativas para reivindicar uma melhor abordagem para a política de drogas. Isto é, uma abordagem que abandone de uma vez por todas a perseguição e a punição dos consumidores e se centre em políticas de redução de riscos e de minimização de danos (RRMD)*». Considera que anda há muito a fazer, como é reconhecido por várias entidades que trabalham nesta área e que têm alertado para o facto de nos últimos anos se terem agravado as condições em que são praticadas as políticas de redução de riscos. Este requerimento prende-se com a necessidade de fazer um levantamento dos problemas que as diversas entidades encontram no terreno, a fim de que a AR os discuta e apresente soluções para os mesmos. Assim, o BE propõe as audições da APDES – Agência Piaget para o Desenvolvimento, da R3 – Rede Riscos Reduzidos, do In-Mouraria/GAT, do IN-RUAS e do SICAD.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro começou por declarar que é uma matéria à qual está atento. O modelo português é exemplo a nível mundial pela não punição dos consumidores, que são encarados como doentes e que precisam de apoio. Não está de acordo com muitas das premissas do BE, nomeadamente considera que a minimização de riscos se insere na prevenção. Considerou que os três eixos que devem nortear a política de combate à toxicodependência devem ser os seguintes: a prevenção e dissuasão do consumo às novas drogas; o tratamento com redução de riscos e minimização de danos e a reinserção social. Informou que votará



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 81/XIII/ 2.ª SL

favoravelmente o requerimento e até irá apresentar um requerimento a propor a audição de mais entidades.

A Deputada Elza Pais saudou o BE pela apresentação do requerimento, que acompanhará. A política da luta contra a toxicodependência tinha uma projeção internacional que foi desmantelada pelo anterior Governo. Entende ainda que chegou o momento de recolocar a estratégia desta problemática, salientando que o desmantelamento feito na anterior Legislatura só não teve consequências mais gravosas porque os profissionais, contra ventos e marés, continuaram a fazer um excelente trabalho, assegurando padrões de qualidade no país. Disse que questionará o Governo sobre a reconstrução de uma política que volte a colocar Portugal num lugar cimeiro, a nível mundial.

A Deputada Isabel Galriça Neto afirmou que o CDS-PP diverge dos aspetos essenciais do requerimento, mas nada disso prejudica o interesse e a preocupação com que o CDS-PP tem acompanhado estas áreas, podendo ser útil realizar as audições sugeridas. Entende que este Governo em dois anos já poderia ter invertido as políticas anteriores, se as não considerava adequadas. Não acompanha a visão catastrófica mencionada, indo abster-se na votação do requerimento.

A Deputada Carla Cruz fez um ponto prévio salientando que Portugal foi durante muitos anos um país cimeiro no combate à toxicodependência porque tinha um modelo de intervenção vertical, obedecendo a uma única orientação, modelo esse que foi desmantelado pelo anterior Governo. Acompanhando o que está prospetivado no requerimento, e considerando que se devem ouvir os profissionais sobre a estratégia seguida anteriormente e que deve haver uma visão integrada desta problemática, o PCP propõe ainda a audição da Associação Portuguesa de Adictologia e do Grupo de Aveiro, que certamente darão contributos para a compreensão desta problemática.

O Presidente colocou o requerimento à votação que foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, PS, BE e PCP e a abstenção do CDS-PP, registando-se a ausência do PEV.

5. Discussão do PJR n.º 941/XIII/2.ª, PCP, que «Recomenda que sejam tomadas medidas que permitam aumentar as vagas para o internato de especialidade»

A Deputada Carla Cruz apresentou o [PJR n.º 941/XIII \(2.ª\)](#), começando por dizer que, desde 2015 até ao presente, 640 médicos ficaram sem acesso à formação médica



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 81/XIII/ 2.ª SL

especializada e esse número vai crescer, embora haja mais de 800 mil portugueses sem médico de família. Lembrou que, por proposta do PCP, foram contempladas normas nos OE's de 2016 e de 2017 para que esses jovens médicos permanecessem no SNS e o Ministro, quando questionado na audição de junho sobre os 114 médicos que tinham ligação ao SNS até julho, referiu que iria sair um despacho para esses profissionais se manterem. Disse que o anterior Governo desvalorizou social e profissionalmente os profissionais de saúde, o que conduziu à saída de médicos, sendo que alguns deles asseguravam a formação médica especializada. Além disso alterou o regime jurídico do internato médico, o que em nada melhorou a formação médica especializada, frisando que a retirada da prerrogativa que o Governo tinha de propor vagas carenciadas foi um erro. Em seu entender *«o bloqueio no acesso à formação médica especializada implica a criação em Portugal de uma bolsa de médicos indiferenciados, significando isso a redução de direitos desses profissionais quer a nível salarial, quer de progressão da carreira, ficando à mercê das condições impostas pelas empresas prestadoras de trabalho temporário e adstritos a tarefas de menores responsabilidades»*. Reconhece que a qualidade dos cuidados de saúde prestados no SNS depende de vários fatores, sendo um deles, a formação médica, pelo que recomenda ao Governo que: *«promova, juntamente com a Ordem dos Médicos e o Conselho Nacional do Internato Médico, uma avaliação que permita o esclarecimento do processo de atribuição das idoneidades formativas para a formação médica especializada; desenvolva um plano para melhorar as condições e resolver as insuficiências dos serviços de saúde aos quais foi conferida idoneidade parcial com o objetivo de promover, qualitativa e quantitativamente, o reconhecimento total da respetiva idoneidade; proceda aos investimentos necessários nos serviços de saúde para aumentar o número de serviços reconhecidos com idoneidade formativa para garantir o acesso à especialidade médica de todos os médicos que terminam a formação pré-graduada e proceda à reposição das vagas preferenciais em zonas carências»*.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro disse que entende a posição difícil do PCP, porque o «seu Governo» triplicou em dois anos o número de jovens médicos afastados do acesso à formação. Perguntou se defendem um plano integrado da formação médica, em conjunto com a OM, e o aumento de idoneidades formativas e de vagas para as especialidades no Sistema de Saúde, porque a solução não deve



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 81/XIII/ 2.ª SL

ser encontrada apenas no SNS, exigindo que o Governo tome medidas de planeamento para resolver a situação. Desafia a Deputada a verificar quantas medidas do PCP é que o Governo tem executado e quais deverão ser as consequências políticas a retirar, porque este Governo foi aquele que promoveu a maior precaridade.

O Deputado António Sales deu nota de que o PS acompanhará as recomendações da iniciativa legislativa, para que se possam corrigir disfuncionalidades, pese embora neste período tenham entrado cerca de 4000 especialistas hospitalares e 900 médicos de família. Têm surgido relatos de que as vagas não traduzem as reais capacidades, matéria onde a OM tem uma palavra importante a dizer. Reconhece que têm saído muitos profissionais, por reforma ou por outras razões, dificultando a capacidade formativa das Unidades, entendendo que o Governo tem de olhar para o problema.

O Deputado Moisés Ferreira considerou incompreensível que num país onde faltam médicos no SNS se desperdicem recursos, ao não possibilitar que jovens médicos acedam à formação especializada. Suscitam-se dúvidas sobre as verdadeiras capacidades formativas e sobre o real número de vagas, mas sabe de estabelecimentos de saúde que solicitaram mais vagas, e não foram concedidas. Acompanha o PJR por querer saber se as capacidades formativas estão a ser totalmente aproveitadas e para municiar as unidades com mais capacidades formativas. Entende ser essencial alterar o regime jurídico do internato médico, repor as vagas preferenciais por parte do Governo e fazer convergir o interior do país com o litoral.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que se trata de um assunto bastante discutido nas últimas semanas em Comissão, tem clara relevância e o CDS-PP até já apresentou propostas que visam garantir a qualidade da formação médica e a resposta de qualidade aos utentes. Não acompanha os pressupostos do PJR que referem, designadamente, que a formação deve ocorrer apenas no SNS. No entender do CDS-PP essa formação deve abarcar o Sistema de Saúde, ser estendida a todos os estabelecimentos públicos, privados e sociais que cumpram as regras de formação e de qualidade para a formação dos novos médicos, para encontrar soluções que não sejam isoladas, mas arquitetadas e planeadas.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro interpelou a Mesa para informar que o PSD vai apresentar um requerimento endereçado ao Presidente do ACSS, ao Bastonário da Ordem dos Médicos, à Associação Nacional dos Estudantes de Medicina, ao Conselho



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 81/XIII/ 2.ª SL

Nacional do Internato Médico e ao Ministro da Saúde sobre o mapeamento das Unidades, para saber exatamente quais os serviços aos quais foi recusada formação e porquê.

A Deputada Carla Cruz não entende a pretensa preocupação do PSD com a formação médica, esquecendo as suas responsabilidades de quando foi Governo. Quem alterou o regime jurídico do internato médico e quem votou contra uma medida sobre esta matéria foi o PSD e quando o PCP apresentou propostas ao OE 2017 sobre esta matéria, o PSD absteve-se, estando claro quem está preocupado com a matéria e com os jovens médicos.

6. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 248/XIII (2.ª) - «solicitam a intervenção da AR para a prorrogação do prazo para aplicação do regime transitório de atribuição das cédulas de profissionais que iniciaram a sua atividade profissional após a entrada em vigor da Lei n.º 181/2014, de 12 de setembro, bem como para os alunos que frequentam e terminam as suas formações» - Relatora: Deputada Laura Magalhães

A Deputada Laura Magalhães apresentou o Relatório Final da Petição n.º 248/XIII/2.ª abordando o seu objeto, procedendo à análise do pedido e dando conta das diligências efetuadas, nomeadamente a audição dos peticionários e o pedido de informação ao Ministro da Saúde, que até à presente data ainda não respondeu. Disse que os peticionários pretendem *«uma intervenção legislativa da Assembleia da República sobre a aplicação da disposição transitória da Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, sanando todo o efeito nefasto que pode gerar a exclusão de milhares de diplomados de TNC, que todos os anos são lançados no mercado de trabalho e que não podem aceder à cédula profissional emitida pela ACSS»* e que deverá *«passar pela criação da possibilidade de solicitação da respetiva cédula profissional, nas profissões referidas no artigo 2.º da lei n.º 71/2013, junto da ACSS»*. Concluiu referindo que o Relatório deverá ser enviado ao Presidente da Assembleia da República, bem como aos peticionários e publicado no DAR.

O Presidente felicitou a Deputada e a forma sintética como apresentou o Relatório.

O Deputado António Sales deu os parabéns à Deputada pelo Relatório. Disse que o PS acompanha o pedido de prorrogação para atribuição das referidas cédulas, reconhecendo que poderá ser necessário dar-lhe enquadramento legislativo.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 81/XIII/ 2.ª SL

A Deputada Isabel Galriça Neto, depois de saudar a Deputada pelo documento, reiterou também a sua preocupação com esta matéria que devia merecer mais atenção por parte de quem toma decisões nesta área. É relevante quer pela segurança dos profissionais quer, sobretudo, das pessoas mais fragilizadas e doentes. Tem questionado o Ministro sobre esse assunto, que dá respostas pouco claras e com algumas evasivas.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou a Relatora. Não obstante a sua discussão em Plenário, tendo em conta o número de assinaturas, poderão ser apresentadas iniciativas legislativas com vista à resolução do problema. O BE concorda com o objeto da Petição e reconhece que tem existido atraso na regulamentação desta matéria, que prejudica estes estudantes, que têm um ciclo de estudos longo, às vezes mais de três mil horas, e não conseguem exercer.

O Presidente colocou o Relatório Final à votação, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

7. Outros assuntos

A Deputada Isabel Galriça Neto informou não lhe ter sido possível estar presente na reunião do GT PPL n.º 34, na qual se realizaram as votações indiciárias do Texto de Substituição da PPL n.º 34/XIII/2.ª e respetivas propostas de alteração, indicando agora o sentido de voto do CDS-PP, que é contra, em relação a todo o articulado.

11:00 Audiência da Portugal AVC - União de Sobreviventes, Familiares e Amigos, para apresentação da Associação, que tem por objetivo a promoção de iniciativas que visem contribuir para a prevenção e suas consequências, entre outros objetivos

O Presidente agradeceu a vinda do representante da Associação Portugal AVC, António Conceição, que veio acompanhado por Diana Wong Ramos, ambos sobreviventes de AVC e por Ana Maria Alves, médica fisiatra, a quem deu a palavra.

António Conceição cumprimentou o Presidente e os Deputados, referindo que é com muita honra e satisfação que estão na Comissão de Saúde. Fez uma [apresentação](#) da Associação Portugal AVC, referindo que se trata de uma entidade recente e que é protagonizada pelos próprios sobreviventes do AVC.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 81/XIII/ 2.ª SL

Para tecer considerações, pedir esclarecimentos e cumprimentar os responsáveis da Portugal AVC, usaram da palavra os Deputados Isaura Pedro, João Gouveia, Jorge Falcato Simões, Isabel Galriça e Carla Cruz.

A Deputada Isaura Pedro felicitou a Associação pelo trabalho que se propõe fazer na prevenção do AVC, no tratamento e no apoio às suas famílias. Na última década têm aumentado os sobreviventes e a sua recuperação é essencial, perguntando que avaliação fazem das políticas públicas nas doenças cardiovasculares, designadamente no que diz respeito ao AVC, que projetos e atividades têm previstos e se tiveram contactos com outras entidades. Deu nota de que há cerca de um ano a AR aprovou uma iniciativa que previa a criação do cuidador informal, o que até ao momento ainda não aconteceu, e que o Ministro, quando questionado, respondeu que seria este ano.

O Deputado João Gouveia saudou a constituição da Associação Portugal AVC e a pertinência do seu objeto, relevando que tudo aponta para que se acentue a melhoria da resposta do SNS e que se promovam investimentos que se traduzam em ter contribuintes ativos e não um mero acompanhamento de sujeitos passivos do sistema social. Sendo o AVC a principal causa de morte, o número de sobreviventes tem aumentado de forma significativa, perguntou quais os efeitos do reforço da linha verde AVC, se é adequada e suficiente e que opinião têm sobre a Rede de Cobertura Nacional no que toca a unidades diferenciadas pelo AVC. De acordo com os dados de um relatório recente, há uma redução para metade de doenças isquémicas do coração, mas aumentaram 20% as doenças cérebro vasculares. Perguntou se há explicação para isso e o que pode ser feito para atenuar este aumento.

O Deputado Jorge Falcato Simões salientou a preocupação manifestada pela Associação dos sobreviventes do AVC e o apoio às suas famílias. Sabe, que no Centro de Alcoitão foi inaugurada em 2014 uma Unidade com 33 camas, que continua encerrada. Perguntou se têm conhecimento dessa situação e se fizeram algumas diligências junto da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para conhecer as causas do não funcionamento e se há perspetivas para a sua abertura. A questão dos cuidadores está em lume brando, e gostaria de saber o que será fundamental prever no estatuto do cuidador, que tem vários níveis de cuidados.

A Deputada Isabel Galriça Neto saudou o exemplo de resiliência e de grandeza e em seu nome pessoal e no do CDS-PP agradeceu o envolvimento e o compromisso que a



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 81/XIII/ 2.ª SL

Associação tem, não se coíbindo de participar de uma forma ativa nas questões de cidadania e de saúde. Pediu aos presentes que não desistissem. A temática do AVC preocupa-a muito, referindo que o tratamento reabilitativo é importante em todas as fases. Lembrou que há um grupo de doentes que não pode ser esquecido, mas é-o todos os dias, que são os doentes sem capacidade reabilitativa, mas que têm direito a cuidados paliativos. É fundamental que estes doentes tenham cuidado adequados e não estejam arredados do acesso a cuidados paliativos em Portugal. Questionou a Instituição sobre se tem conhecimento de outras associações cívicas com o mesmo objeto, quais as principais lacunas no apoio aos doentes crónicos e se têm contributos a dar nesta matéria.

A Deputada Carla Cruz disse que a apresentação focou aspetos centrais do AVC, desde logo a prevenção, que deve ser aprofundada e estimulada. Em articulação com a saúde e a educação deve apostar-se na prevenção da doença e na promoção da saúde. Mesmo com prevenção, os AVC's acontecerão, sendo preciso uma resposta rápida do SNS para canalizar e responder atempadamente, para que se evitem situações gravosas. Entende que deve haver resposta pública de qualidade, mas atualmente a resposta no SNS é insuficiente, quer em meios quer em equipamentos, nos dois centros públicos, Rovisco Pais e de Reabilitação do Sul, discordando de que a resposta do Centro do Norte não seja pública.

O Presidente deu a palavra ao Presidente da Portugal AVC para responder.

António Conceição agradeceu as palavras e as questões. Salientou que a grande preocupação se prende com os sobreviventes do AVC que estão em casa e que têm tendência ao isolamento e a autoexcluir-se. Sobre outras associações, sabe que algumas prestam apoio pontual a estes doentes, mas não são constituídas por sobreviventes do AVC.

Ana Maria Alves, médica fisiatra e vice-presidente da Associação, agradeceu as considerações e o empenhamento manifestado pelos Deputados. Explicou todo o processo que vai desde que o doente é encaminhado para uma Unidade de AVC, que tem bons profissionais na fase aguda, mas que não faz reabilitação, e o encaminhamento dos doentes pela Equipa de Alta para a Rede de Cuidados Continuados, que não é a melhor resposta porque não é o sítio de reabilitação de eleição. Referiu que a maior recuperação é feita no primeiro ano e é realizada por uma equipa multidisciplinar, mas depois mantém-se a necessidade de lhe dar continuidade.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 81/XIII/ 2.ª SL

Sublinhou que os doentes não querem ser «coitadinhos», querem continuar a sua vida ativa, como os dois sobreviventes presentes na audiência.

O Presidente agradeceu os esclarecimentos, salientando que têm uma casa à disposição para qualquer questão.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida nos seguintes links:

http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170705_1.mp3

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=2139&title=audiencia-da-portugal-avc-uniao-de-sobreviventes-familiares-e-amigo>

Palácio de São Bento, 05 julho 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 81/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Elza Pais
João Ramos
Laura Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Luís Soares
José Luís Ferreira
Marisabel Moutela
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Vales
Miguel Santos